

UNIVERSIDADE TIRADENTES

SERVIÇO SOCIAL

NATANNY HELOÁ LEAL SANTOS

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO I E II

Aracaju  
2015

NATANNY HELOÁ LEAL SANTOS

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO I E II

Relatório apresentado à Universidade Tiradentes, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> Esp. Fernanda Silva Nascimento

Aracaju  
2015

## **IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

### **Disciplina: Estágio Supervisionado I**

Nome do professor responsável pela disciplina: Profª Drª Jane Cláudia Jardim Pedó  
Supervisora Acadêmica: Profª Esp. Gilmara Rezende Cardoso Xavier  
Supervisora de Campo: Jacqueline Gomes dos Santos  
Carga horária: 200 horas

### **IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Nome completo: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Iraê de Azevedo Cruz-Dona Lêca, Barra dos Coqueiros/SE.  
Horário de funcionamento: De Segunda a Sexta, das 07:00h às 17:00h  
Endereço completo: Rua "M", nº 02 – Conjunto Prisco Viana

### **Disciplina: Estágio Supervisionado II**

Nome do professor responsável pela disciplina: Profª Drª Jane Cláudia Jardim Pedó  
Supervisora Acadêmica: Profª Esp. Fernanda Silva Nascimento  
Supervisora de Campo: Ana Isabella Queiroz de Oliveira Farias  
Carga horária: 200 horas

### **IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Nome completo: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Izaura Ferreira Dantas  
Horário de funcionamento: De Segunda a Sexta, das 08:00h às 17:00h  
Endereço completo: Travessa Padre Gilson Garcia s/n – Rosário do Catete

Dedico a Deus por ter me dado forças para ter chegado até aqui e a minha mãe guerreira que me incentivou muito e até hoje encontra-se ao meu lado me ajudando.

# SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I.....	07
	2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio.....	07
	2.2 Reconhecimento do espaço institucional.....	10
	2.3 Serviço Social na Instituição.....	11
	2.4 Diagnóstico.....	12
3	RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II.....	13
	3.1 Proposta de Intervenção Social.....	13
	3.2 Sistemática de Operacionalização.....	16
	3.3 Análise e síntese da experiência vivenciada.....	17
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
5	REFERÊNCIAS.....	20
6	APÊNDICE.....	21
7	ANEXOS.....	42

# 1 INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se ao relatório de estágio supervisionado I e II realizado no decorrer do curso de Serviço Social.

A experiência do estágio supervisionado é um momento de grande expectativa para o aluno de serviço social, pois é um momento onde o discente pode fazer uma correlação entre a teoria e a prática, colocando em prática os conhecimentos teóricos com supervisão de uma assistente social em campo, possibilitando um aprimoramento e exercício profissional.

A Supervisão de Estágio é elemento que faz parte da formação Profissional, assim o estágio se constitui num processo de qualificação para o exercício profissional. Faz-se também necessária uma articulação entre as disciplinas, as atividades e os conteúdos cursados, contemplando as dimensões da competência profissional.

Partindo para a questão do estágio e seu objetivo, segundo Oliveira (2004), o estágio supervisionado é parte integrante no processo de formação profissional, tem uma importância no ensino e aprendizagem, sendo ele uma alternativa de conhecimento da realidade e das questões existentes na sociedade. É no estágio curricular que podemos estabelecer as relações entre o conhecimento teórico passado a nós e o trabalho profissional, este referente à supervisão do assistente social no local de estágio.

O relatório final de estágio supervisionado I e II compreende, em sua estrutura final: as expressões da questão social e a política objeto de estágio, reconhecimento do espaço institucional, serviço social na instituição, diagnóstico social, proposta de intervenção social, sistemática de operacionalização, análise e síntese da experiência vivenciada, considerações finais, referências, apêndice e anexos.

## 2 RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

### 2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio:

O presente relatório tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado I, que é uma disciplina de caráter curricular obrigatório e tem por objetivo a capacitação profissional do aluno inserido no espaço institucional, de modo a capacitar e possibilitar uma aproximação com a realidade vivenciada pelos indivíduos na sociedade, em conjunto com o conhecimento teórico-metodológico que habilita o aluno para um bom exercício profissional.

O Estágio Supervisionado I teve carga horária de 200 horas e foi ministrado pela professora Gilmara Rezende, supervisora acadêmica, que acompanhou, passou orientações e o conhecimento teórico, e, no campo, a assistente social Jacqueline Gomes, que acompanhou as atividades práticas, mostrando como um assistente social trabalha as diversas atividades realizadas, proporcionando uma boa aprendizagem.

A partir da Constituição Federal, a Assistência Social passou a ser considerada direito. Sendo assim descrita segundo a Constituição Federal de 1988, Seção IV Da Assistência Social:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1988)

Logo em seguida, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a referida política veio ser regulamentada em todo o país. Assim os princípios que regem a assistência social segundo a Lei Orgânica da Assistência social nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 que está no capítulo II, sessão I do seguinte artigo:

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (LOAS, 1993)

A assistência social tem o dever de atender o usuário, bem como igualá-lo aos direitos que lhe são devidos, a fim de que eles estejam amparados pela lei sendo possível a garantia de todos os benefícios, programas e serviços. Considerando a não discriminação de raça, etnia e gênero, respeitando-os e atendendo-os conforme as necessidades de cada um.

Assim, conforme as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência social nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que está no capítulo II, sessão II do seguinte artigo, diz:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (LOAS, 1993).

Conforme está escrito no artigo acima, para que se possa ser organizada uma assistência social é preciso uma descentralização envolvendo as partes como um todo, da população e da responsabilidade do governo que irá conduzir.

O CRAS Iraê de Azevedo Cruz – Dona Lêca, desenvolve os serviços com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 2004. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é uma política que, junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio-territoriais, visando a seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. A referida política significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção.

Estão previstas duas proteções: a Proteção Social Básica e a Especial. A Proteção Social Básica vem englobar famílias que estão em situação de vulnerabilidade social ou na privação dos seus direitos, promovendo um fortalecimento dos vínculos familiares e a prestação de serviços, ainda ela se restringe às pessoas que estão em situação de pobreza, que têm seus direitos anulados e que não têm acesso aos serviços públicos que lhes são destinados por direito. Já a Proteção Social Especial é direcionada às famílias e indivíduos que estão em situação de risco social ou pessoal e que tenham sido violados ou ameaçados os seus direitos de forma que afete suas vidas. A proteção social básica é de caráter preventivo, atuando de forma a proteger os direitos dos indivíduos.

Os principais serviços ofertados pela Proteção Social Básica são os seguintes: Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC). Já os que compõem a Proteção Social Especial são: os que atuam diretamente e estão ligados ao sistema de garantia de direitos e que estão compartilhados com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

Por fim, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços sócio-assistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa. O mesmo está organizado e estruturado no

país, sendo que organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social, a básica e a especial.

## 2.2 Reconhecimento do espaço institucional:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Iraê de Azevedo Cruz – Dona Lêca), localizado na cidade de Barra do Coqueiros – SE, Rua "M", nº02, Conjunto Prisco Viana, é uma instituição pública que surgiu em 2005 a partir das exigências oriundas da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o mesmo encontra-se em local estratégico estando próximo de áreas de vulnerabilidade social, tem uma equipe profissional formada por 1(uma) coordenadora, 2(dois) assistentes sociais, 1(um) psicólogo, 2(dois) educadores e 1 (uma) oficinaira, além de 2(duas) recepcionistas, uma pela manhã e outra pela tarde. O CRAS oferece atendimentos sociais e psicológicos, sendo seus usuários pessoas que estejam em vulnerabilidade social.

A sua estrutura é composta por 1 (uma) sala para a equipe técnica, representada no local por assistentes sociais, psicólogo, educadores sociais e coordenadora, ainda tem 1 (uma) sala de atendimento individual, 1(uma) sala do bolsa família e outra sala onde ocorrem as ministrações dos coletivos do PROJOVEM, contém também a recepção e 2 (dois) banheiros.

A instituição desenvolve alguns programas que são o PROJOVEM, o Bolsa Família e o PETI. Além desses programas existentes, há também os serviços que são prestados, bem como: acolhimento; inserção do IPTU; ofícios expedidos; ofícios recebidos; comunicação interna expedida e externa recebida; encaminhamentos recebidos e expedidos; encaminhamento do Benefício de Prestação Continuada; atualização dos dados do mapeamento; doações; relatórios; cadastramento sócio-econômico; declaração de moradia; passe livre; carteira do idoso; atestado de pobreza; prestação de serviço à comunidade; campanha sócio-educativa; inserção da taxa de nascimento; contra-referência expedida e recebida; visita domiciliar; participação da esfera de controle social – reuniões; capacitação, urna funerária; reunião de equipe, e por fim, levantamento das redes de atendimento da assistência social e das secretarias municipais.

### 2.3 Serviço Social na Instituição:

O serviço social surgiu logo no início de 2005 por causa da grande demanda de atendimentos realizados, continuando até hoje. Compõem o quadro de profissionais da instituição 2 assistentes sociais. As demandas que chegam até a instituição para o serviço social possibilitam ao assistente social colocar em prática o atendimento adequado para o usuário. Segundo o Código de Ética do assistente social no título III, capítulo I, do seguinte artigo:

Art. 5º – São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:

- A) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- B) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que seja contrário aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- C) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- D) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- E) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- F) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- G) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- H) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional. (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993)

São realizados os atendimentos, visitas domiciliares, encaminhamentos. Em suas ações, o Serviço social desenvolve projetos, palestras, entre outros, seguindo o código de ética que é fundamental para que o assistente social possa realizar o seu trabalho. O código de ética do assistente social, no título II, do seguinte artigo, afirma que:

Art. 3º – São deveres do assistente social:

A) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;

B) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

C) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;

D) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993)

Com o decorrer desse estágio ficou visível na prática o compromisso do profissional de serviço social, que sempre está comprometido com os valores e com a ética profissional para a realização de suas tarefas, as quais lhe cabem ser realizadas.

#### 2.4 Diagnóstico:

O município da Barra dos Coqueiros tem aproximadamente 24.976 habitantes, Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no censo de 2010 a população masculina era de 12.212 (48.89%), enquanto a população feminina é de 12.764 (51.11%). Ainda o censo mostra que uma parcela da população, que corresponde a 19.526 habitantes, é alfabetizada e o restante são analfabetos.

Localizada a 3 km da capital Aracajuana, separada pelo rio Sergipe, encontra-se ligada por uma ponte chamada Construtor João Alves. Após essa ligação empresas imobiliárias viram na cidade espaço para a construção de novos imóveis, a partir disso a cidade pôde se desenvolver mais, em tamanho como na área econômica. É no município que se localiza o mais importante porto de Sergipe, chamado “Terminal Marítimo Inácio Barbosa”, de onde saem produtos comercializados por vias marítimas para o restante do país e para o exterior.

Durante o período de estágio realizado no CRAS Iraê de Azevedo Cruz – Dona Lêca e a convivência com os adolescentes que frequentavam na época o PROJOVEM e em conversas com os mesmos, foi possível perceber através dos relatos de vários jovens das cidades, que os mesmos tinham uma vida sexual precoce e as meninas em sua maioria ficavam grávidas na adolescência. Então, por meio desta demanda, surgiu a ideia da proposta de intervenção com o tema “Sexualidade na Adolescência” a ser realizada no próximo semestre.

### **3 RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II**

#### **3.1 Proposta de Intervenção Social:**

O Presente relatório irá discorrer sobre as experiências vivenciadas no estágio supervisionado II. Antes da apresentação da proposta de Intervenção, será abordado o Estudo da Instituição, pois foi necessário para o levantamento da nova proposta, uma vez que houve mudança de campo neste período.

O Estágio II foi desenvolvido no CRAS Izaura Ferreira Dantas, localizado no Município de Rosário do Catete. O mesmo é considerado de pequeno porte, atende até 2.500 famílias referenciadas e está localizado na Travessa Padre Gilson Garcia, no espaço da Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social na Cidade.

O CRAS foi implantado na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em dezembro de 2007. A primeira Coordenadora foi Maria das Graças Resende Barreto, na Gestão do Prefeito José Laércio Passos Junior, agora sendo a coordenadora a senhora Marta Santos Barroso.

A cidade de Rosário tem aproximadamente 10.000 mil Habitantes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2010, a população masculina era de 3.079 (47,3%) e a população feminina, 3.430 (52,7%). Ainda nesse mesmo censo a população masculina urbana era de 3.079 (69,4%) e a população masculina rural, 1.360 (30,6%), a população feminina urbana, 3.430 (71,7%) e a população feminina rural, 1.352 (28,3%).

Para que houvesse a implementação do CRAS na cidade foi necessário ter um espaço físico adequado e uma equipe técnica disponível para os atendimentos que seriam realizados, sendo assim o CRAS de Rosário do Catete é composto pelos seguintes ambientes: 1 (uma) recepção ampla, 1 (uma) sala da coordenação, 1 (uma) sala da equipe do PAIF, 1 (uma) sala da Proteção Especial, 1 (uma) sala do Programa de Inclusão Social, 1 (uma) sala de atendimento do Programa Bolsa Família e 3 (três) banheiros. Ainda existindo uma equipe atualmente composta pelos seguintes funcionários: 2 (duas) recepcionistas, uma pela manhã e outra pela tarde, 1 (uma) coordenadora, 1 (uma) coordenadora do Programa de Inclusão social, 1 (uma) coordenadora do Programa Bolsa Família, 2 (duas) digitadoras, 2 (duas) estagiárias remuneradas, 1 (uma) psicóloga do PAIF, 1 (uma) assistente social do PAIF e 1 (uma) assistente social que responde pela proteção especial que está alocada provisoriamente no CRAS.

O Serviço social chegou na instituição a partir da fundação da mesma, onde pôde realizar as tarefas que lhe competem, levando adiante suas atribuições e os serviços que são ofertados pelo CRAS, os quais são: 1) Recepção e acolhimento de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; 2) Oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e daqueles relacionados às demandas de proteção social de Assistência Social; 3) Vigilância social: produção e sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e de índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida. Conhecimento das famílias referenciadas e as beneficiárias do BPC - Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família; 4) Acompanhamento familiar: em grupos de convivência, serviço socioeducativo para famílias ou seus representantes; dos beneficiários do Bolsa Família, em especial das famílias que não estejam cumprindo as condicionalidades; das famílias com beneficiários do BPC; 5) Proteção pró-ativa por meio de visitas às famílias que estejam em situações de maior vulnerabilidade (como, por exemplo, as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do PBF), ou risco; 6) Encaminhamento para avaliação e inserção dos potenciais beneficiários do PBF no Cadastro Único e do BPC, na avaliação social e do INSS; das famílias e indivíduos para a aquisição dos documentos civis fundamentais para o exercício da cidadania; encaminhamento (com acompanhamento) da população referenciada no território do CRAS para serviços de Proteção Básica e de Proteção Social Especial, quando for o caso; 7) Produção e divulgação de informações de modo a oferecer referências para as famílias e indivíduos sobre os programas, projetos e serviços socioassistenciais do SUAS; 8) Apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do Programa Bolsa Família, BPC e demais benefícios. Seguindo adiante, existem ainda alguns serviços que são ofertados, como Ações socioeducativas para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência (SCFV); Ações socioeducativas e de promoção da inclusão produtiva; PIS; Bolsa Família; PROADIN; Benefícios Eventuais;

A partir das observações e pesquisas locais, foi possível identificar que alguns problemas ainda existem na cidade, como o desemprego, exclusão, violência. Muitos vivem de benefícios adquiridos através da assistencial social, como: bolsa pis, bolsa aluguel, e outros. Assim tornando-se pessoas dependentes desses auxílios.

A partir de conversas e observações durante o período do estágio II, percebi a necessidade de estar intervindo na área da intersetorialidade. O CRAS é a porta de entrada da assistência, onde se adquirem conhecimentos, possibilitando o acesso de um grande número

de famílias à rede de proteção social de assistência. Diante disto, surge a possibilidade de estar discutindo sobre este assunto com as redes que estão ligadas à assistência, para que através dessa discussão os usuários em situação de vulnerabilidade social possam ter uma abrangência maior do real característica do CRAS e como ele opera em conjunto com as demais instituições.

O projeto de intervenção será de cunho intersetorial, possibilitando aos participantes envolvidos um maior entendimento sobre o assunto que será abordado. O presente projeto será realizado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Assistência Social. Dessa forma, passaremos a articular saberes e experiências no âmbito do planejamento, da execução e avaliação das ações.

Serão enfatizadas as ações desenvolvidas na Proteção Social Básica, pois identificou-se, no campo, a ausência de informações sobre os serviços ofertados pelo CRAS e suas demandas, bem como a falta de informações quanto à finalidade da Política de Assistência Social e a importância da sua integração às políticas setoriais. Conseguindo assim chegar a um grau de relevância onde "a Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais" (MDS, 2004, p. 27). Assim também sabendo-se que:

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços para garantir o acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses (JUNQUEIRA, 1999, p. 27).

Os objetivos que norteiam este projeto são: Promover uma discussão ampla acerca da intersetorialidade, enfatizando as ações desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social Izaura Ferreira Dantas; Apresentar as ações e serviços ofertados no CRAS; Conceituar o que é o Serviço Social e o trabalho desenvolvido na Proteção Social Básica; Orientá-los sobre como encaminhar os usuários que necessitam de assistência até o CRAS;

Seguindo o curso do projeto, para que possa haver a realização do mesmo, são necessários os recursos humanos e matérias apresentadas desta forma: Nos recursos humanos, a estagiária de Serviço Social e supervisora de campo. Já nos recursos materiais, serão utilizados o Data show, panfletos, caixa de som, microfone.

No decorrer das ações que serão desenvolvidas, pretende-se atingir 100% do público-alvo convidado.

### 3.2 Sistemática de Operacionalização:

No dia 08 de junho de 2015 foi realizado o projeto de Intervenção que discutiu sobre a Intersetorialidade no Município de Rosário do Catete. De início foi marcada uma reunião para que houvesse o debate sobre o assunto proposto. Dando início, a supervisora de campo Ana Isabela fez uma introdução para que pudéssemos começar e foram entregues panfletos para os presentes. O decorrer da reunião foi bastante interessante, ao longo de todo o processo e das explicações, os participantes que estavam presentes receberam e compartilharam experiências vivenciadas no dia-a-dia, levando em consideração o assunto abordado e ainda dando sugestões para que houvesse uma maior interação por parte das redes em favor do usuário. Nos slides apresentados ao público-alvo, foi apresentado o conteúdo relacionado à temática da Intersetorialidade, destacando as ações realizadas pela Assistência Social no Município. O período da intervenção foi gratificante, não somente pela estagiária estar partilhando um pouco o assunto, mas também em receber novos conhecimentos por parte daqueles que estavam presentes naquele espaço. Esta foi uma ação desafiadora para a discente, por se tratar de um assunto tão complexo, mas enfim tudo foi realizado como estava no planejado.

No final da reunião foi repassada uma lista de presença e uma avaliação final das ações realizadas.

Segue, abaixo, gráfico com o nível de satisfação dos participantes na execução do projeto:



Desta forma, pode-se notar que o projeto teve uma boa aceitação, com os quesitos Ruim (0.00%), Regular (0,00%), Bom (2.0%) e Ótimo (99,8%).

### 3.3 Análise e síntese da experiência vivenciada:

No início do estágio houve um impacto, pois para mim era algo novo, apesar de estar no mesmo campo de estágio, não me encontrava na mesma cidade, então logo tinha que me familiarizar com o novo. No decorrer do estágio pude adquirir não só conhecimentos e aprendizado, mas pude me reencontrar novamente no curso de Serviço Social. Tudo o que pude realizar, dentro de meus limites e possibilidades, me ajudou na prática a perceber e conhecer o trabalho do assistente social na Assistência Social.

Levando em consideração a mudança de cidade, a supervisora de campo e o tempo em que fiquei afastada do curso, ao me deparar novamente com o curso e o novo, pude reaprender as funções realizadas pelo assistente social no campo em questão. Com o tempo, fui me adequando e percebendo o quanto é gratificante estar aprendendo e fortalecendo os vínculos com o serviço social.

As experiências vivenciadas e conhecimentos repassados pela supervisora de campo possibilitaram um desenvolvimento maior das atividades que eram realizadas no período de estágio.

À medida que o tempo foi passando me senti mais segura para realizar tais atividades. Diferente do primeiro estágio, o segundo foi mais gratificante, tanto no campo de estágio

como na Universidade, considerando os limites e possibilidades que me eram impostos no dia-a-dia.

Foi uma experiência única, tanto entre aluna e supervisora, que ao longo desse percurso passou todas as suas experiências vivenciadas durante sua carreira, como a paciência de ensinar as atividades do dia, como uma referência de profissional que me ajudou no que possível fosse, bem como a relação da supervisora acadêmica, sendo de grande importância neste processo, com paciência nas orientações e explicações de cada atividade que seria realizada durante o processo de estágio supervisionado II.

As principais atividades realizadas neste período foram: atendimentos, visitas domiciliares acompanhadas, acolhimentos de usuários, preenchimento de fichas de usuários, participações em reuniões, participação nos projetos que foram realizados pela assistente social, criação de um banco de dados para os usuários do PAIF, entre outras.

O estágio foi de grande importância no avanço para a formação enquanto assistente social, considerando que me encontrava distante desse âmbito e várias vezes pensei em desistir do curso, podendo agora seguir em frente, buscando a fixação do curso na minha vida.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estágio veio contribuir muito, não só como um complemento, mas como uma aprendizagem aprofundada do trabalho de um assistente social, como o mesmo utiliza os instrumentais em seu trabalho e como é feita cada atividade que lhe compete fazer, gerando assim uma experiência de ter vivenciado isso tudo e ter aprendido muito além da sala de aula.

O ambiente no qual foi realizado o estágio é propício para o trabalho

, seguindo a regulamentação. O relacionamento com os profissionais da instituição foi bom, podendo interagir de forma geral com os mesmos, as atividades realizadas foram de bastante eficácia para o momento do estágio supervisionado II. Uma supervisão que contemplou os critérios do estágio, aprendi bastante nesse tempo no qual fui supervisionada e esta experiência ficará marcada durante o exercício profissional.

Em meio a tantas oportunidades vivenciadas no estágio, os limites que perpassaram não foram o bastante para superar as possibilidades, que foram maiores no decorrer da jornada, foi gratificante ter vivenciado esse momento.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:**

Da Assistência Social.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência social.** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Resolução CFESS N.º 273/93, 15 de março de 1993

**NASCIMENTO, Sueli. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.

**JUNQUEIRA, Luciano A. P., A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, jan./abr. 2004.

# APÊNDICES

UNIVERSIDADE TIRADENTES

NATANNY HELOÁ LEAL SANTOS

DISCUTINDO A INTERSETORIALIDADE NO  
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO CATETE

ARACAJU  
2015

NATANNY HELOÁ LEAL SANTOS

DISCUTINDO A INTERSETORIALIDADE NO MUNICÍPIO DE  
ROSÁRIO DO CATETE

Proposta apresentada ao Centro de Referência de Assistência Social(CRAS) para fins de apoio institucional de ações educativas e sociais junto à comunidade atendida na referida instituição, em Aracaju –SE, no ano de 2015.

**Profª Esp. Fernanda Silva Nascimento**

ARACAJU  
2015

## 1 APRESENTAÇÃO

O projeto de intervenção será de cunho intersetorial, possibilitando aos participantes envolvidos um maior entendimento sobre o assunto que será abordado. O presente projeto será realizado no CRAS, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Assistência Social. Dessa forma, passaremos a articular saberes e experiências no âmbito do planejamento, da execução e avaliação das ações.

O Centro de Referência da Assistência Social é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições, dos fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Neste sentido, o projeto tem por finalidade promover uma discussão ampla acerca da intersetorialidade, enfatizando as ações desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social Izaura Ferreira Dantas.

## 2 JUSTIFICATIVA

Será realizado o projeto de intervenção sobre Intersetorialidade, enfatizando as ações desenvolvidas na Proteção Social Básica. Este projeto faz parte do estágio supervisionado II, que tem como objetivo intervir em alguma área em que haja uma problemática a ser questionada e debatida, onde será exposto o que e como se faz necessário para ocorrer uma mudança. Identificou-se, no campo, a ausência de informações sobre os serviços ofertados pelo CRAS e suas demandas, bem como a falta de informações quanto à finalidade da Política de Assistência Social e a importância da sua integração às políticas setoriais. Conseguindo assim chegar a um grau de relevância onde "a Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais" (MDS, 2004, p. 27). Assim também sabendo-se que:

A intersectorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços para garantir o acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses (JUNQUEIRA, 1999, p. 27).

Dessa forma, passaremos a articular saberes e experiências no âmbito do planejamento, da execução e avaliação das ações.

### 3 PÚBLICO ALVO

Representantes da Secretaria de Saúde, Educação, Assistência social e comunidade em geral.

## 4 OBJETIVOS

### 4.1 Geral:

Promover uma discussão ampla acerca da instersetorialidade, enfatizando as ações desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social Izaura Ferreira Dantas.

### 4.2 Específicos:

- Apresentar as ações e serviços ofertados no CRAS;
- Conceituar o que é o Serviço Social e o trabalho desenvolvido na Proteção Social Básica;

## 5 METAS

No decorrer das ações que serão desenvolvidas, pretende-se atingir 100% de participação do público-alvo.

## 6 METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido da seguinte maneira: Será promovida uma reunião com a seguinte temática: “Discutindo a Intersetorialidade no Município de Rosário do Catete”; Em seguida, o desenvolvimento da dinâmica para “quebrar o gelo” e começar com uma pequena reflexão; Finalizando com a distribuição de cartilhas.

## 7 AVALIAÇÃO

O projeto será avaliado através da lista de presença e da ficha de avaliação, que será repassada aos convidados, contendo notas de 0 a 10 para cada pré-requisito listado na mesma. Ocorrerá também uma pesquisa quantitativa para identificar o nível de satisfação dos convidados sobre o assunto abordado.

## 8 RECURSOS

### 8.1 Humanos

- Estagiária de Serviço Social
- Supervisora de Campo,

### 8.2 Materiais

- Data show
- Panfletos
- Caixa de som
- Microfone

## 9 ORÇAMENTO

Doações e recursos próprios da instituição.

## 10 CRONOGRAMA

ETAPAS	MESES		
	MARÇO	ABRIL	MAIO/JUNHO
Elaboração do projeto		X	
Execução			X
Avaliação			X

## REFERÊNCIAS

**JUNQUEIRA**, Luciano A. P. , **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, 2004.

**NASCIMENTO**, Sueli. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS.** *Política Nacional de Assistência Social.* Brasília, 2004.

## APÊNDICE A: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO;

### Entrega dos panfletos



### Apresentação do projeto de intervenção



## Apresentação Oral



APÊNDICE B: CONVITE;



**CONVITE**

A Universidade Tiradentes (UNIT), em convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e do Desenvolvimento Social vem convidar V.S.<sup>a</sup> para participar de um encontro com o tema “**Discutindo a Intersetorialidade no Município de Rosário do Catete**”, que será realizado no dia **08 de junho de 2015**, no horário das **09:00 às 10:30** na Secretaria Municipal de Assistência e do Desenvolvimento Social (ESPAÇO JOVEM). Desde já agradecemos a sua presença

**Atenciosamente,**

\_\_\_\_\_  
**Estagiaria de Serviço Social do CRAS/PAIF/UNIT**

APÊNDICE C: LISTA DE PRESENÇA;

LISTA DE PRESENÇA		
	Nome	E-mail/Tel
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		

APÊNDICE D: FICHA DE AVALIAÇÃO;

<b>NOTAS 0 A 10</b>			
<b>RUIM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>BOM</b>	<b>ÓTIMO</b>

APÊNDICE E: CARTILHA INFORMATIVA;

*“Quem não se movimenta,  
não sente as correntes que  
o prendem.”*



Prefeitura Municipal de Rosário do  
Catete  
Secretaria Municipal da Assistência  
e do Desenvolvimento Social

CRAS - Centro de Referência da  
Assistência Social Izaura Ferreira  
Dantas

Serviço de Proteção e Atendimento  
Integral à Família - PAIF

**Unit**  
Universidade Tiradentes

Contatos:  
Trav. Padre Gilson Garcia s/n -  
Rosário do Catete-SE  
E-mail: [crasrosario@yahoo.com.br](mailto:crasrosario@yahoo.com.br)



DISCUTINDO A IN-  
TERSETORIALIDADE  
NO MUNICÍPIO DE  
ROSÁRIO DO CATETE

CRAS-IZAURA FERREIRA  
DANTAS

ROSÁRIO DO CATETE-SE

### O QUE É CRAS?

O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é uma unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência.

### OBJETIVO

-Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida

-Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

-Promover acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços sócioassistenciais, contribuindo para inserção das famílias na rede de proteção social de Assistência Social

-Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CRAS

- PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;
- Acolhimento e Escuta Qualificada às Famílias;
- Atendimento e Acompanhamento Familiar;
- Visitas Domiciliares ;
- Plantão Social;
- Benefícios Eventuais;
- Programa Bolsa Família;
- SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos);
- BPC (Benefício de Prestação Continuada);
- Encaminhamentos para Rede Intersetorial;
- Orientação Psicossocial;
- PIS (Programa de Inclusão Social);
- Realização de atividades Socioeducativas (Grupos , Intervenções)



### O QUE É INTERSECTORIALIDADE?

São aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente.

### No Município:

Observa-se que, num município, são possíveis diferentes formas de manifestação das redes e que uma não exclui a existência de outra, porém preconiza-se que haja um avanço no sentido de se organizar redes intersetoriais, se o objetivo for otimizar as ações públicas para o enfrentamento da pobreza.



# **ANEXOS**

## FICHA DE CADASTRO E ACOMPANHAMENTO FAMILIAR – FICAF

Nº DO NIS: \_\_\_\_\_

### 1-LOCALIZAÇÃO

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Endereço Completo: \_\_\_\_\_ Localização/Bairro: \_\_\_\_\_  
Ponto de Referência: \_\_\_\_\_ Código Postal: \_\_\_\_\_

### 2-DADOS DO TITULAR

Nome Completo: \_\_\_\_\_ Apelido: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_  
Estado Civil: Solteiro( ) Casado( ) Amasiado( ) Divorciado( ) Separado( ) Viúvo( )  
Nome do Pai: \_\_\_\_\_  
Nome da Mãe: \_\_\_\_\_  
Carteira de Identidade: Nº: \_\_\_\_\_ Data de Emissão: \_\_\_\_\_ Órgão/UF: \_\_\_\_\_  
Titulo de Eleitor: Nº: \_\_\_\_\_ Zona: \_\_\_\_\_ Seção: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Grau de Instrução: Não Alfabetizado( ) Fundamental( ) Médio( ) Superior( )  
Profissão: \_\_\_\_\_ Ocupação atual: Do Lar( ) Desempregado( ) Biscateiro( ) Autônomo( )  
Diarista( ) Funcionário Público( ) Outra Ocupação( )  
Renda Mensal: Até 1SM( ) De 1 a 2SM( ) De 2 a 3SM( ) De 3 a 5SM( ) Acima de 5SM( )  
Renda total da família: R\$ \_\_\_\_\_

### 3-CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

Tipo de Localidade: Urbana ( ) Rural( )  
Tempo que reside: no município ( ) no domicílio( )  
Situação do Domicílio: Próprio( ) Alugado( ) Cedido( ) Arrendado( ) Invadido( ) Outros( )  
Titularidade do Domicílio: Escritura( ) Recibo( ) Não Possui( )  
Tipo de Construção: Alvenaria( ) Madeira( ) Sucata( ) Taipa( ) Outros( )  
Tipo de Uso: Residencial( ) Comercial( ) Misto( ) Outros( )  
Numero de Cômodos: Quarto( ) Cozinha( ) Salas( ) Banheiro( ) Outros( )  
Piso: \_\_\_\_\_ Cobertura: Laje( ) Telha( ) Palha( ) Plástico( ) Outros( )  
Tipo de Abastecimento de água: Rede Pública( ) Poço Tubular( ) Carro Pipa( ) Cacimbas( )  
Cisterna( ) Chafariz( ) Nascente/Olheiro( ) Outros( )  
Tratamento de Água Consumida: Filtração( ) Cloração( ) Fervura( ) Sem Tratamento( )  
Desalinizada( ) Nascente/Olheiro( ) Outros( )  
Tipo de Iluminação: Relógio Próprio( ) Gato( ) Lampião( ) Sem Relógio( ) Outros( )  
Esgotamento Sanitário: Rede Pública( ) Fossa Rudimentar( ) Fossa Séptica( ) Vala( ) Céu Aberto( ) Outros( )  
Destino do Lixo: Coleta da Prefeitura( ) Jogado em terreno Baldio( ) Enterrado( ) Queimado( ) Outros( )

### 4-CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

Quantidade de Residentes: Pessoas( ) Famílias( ) Mulheres Grávidas( ) Mães  
Amamentando( ) Deficientes( )

Composição Familiar:

Nome	Data de Nasc.	Grau de Instrução	Ocupação	Renda	Parentesco

**5-INFORMAÇÕES RELATIVAS A SAÚDE**

Portadores de Necessidades Especiais na Família: Sim( ) Não( )







**Secretaria Municipal da Assistência e do Desenvolvimento Social**

**DECLARAÇÃO DE RENDA FAMILIAR**

Declaro para os devidos fins de direitos sob as penas da lei do código penal Brasileiro no seu art.299, para comprovação da situação sócia econômica junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social que eu:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, portador de

RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_ e

NIS: \_\_\_\_\_, residente

\_\_\_\_\_

Rosário do Catete/SE, tenho renda mensal familiar de R\$ \_\_\_\_\_

( \_\_\_\_\_ ) Proveniente de:

( ) Trabalho formal

( ) Trabalho informal

( ) PBF/Programa Bolsa Família

( ) PIS

( ) BPC

( ) Aposentadoria

( ) Outros \_\_\_\_\_

Rosário do Catete/SE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

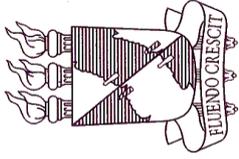
Assinatura do Declarante

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que fiz a correção ortográfica e gramatical do RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II do (a) aluno (a) Natanny Heloá Leal Santos, acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes.

ARACAJU, 12 / junho / 2015

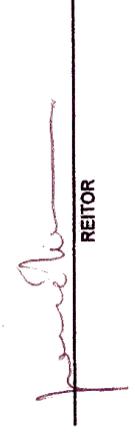
Rosana Batista Pereira  
Rosana Batista Pereira  
Graduada em Letras – Português)



O Reitor da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições e tendo em vista que **ROSANA BATISTA PEREIRA**, filha de **Raimundo Pinheiro Pereira** e de **Maria Aparecida Batista Andrade**, nascida a **30 de dezembro de 1986**, natural de **Sergipe - Brasil**, portadora da carteira de identidade nº **30481554-SSP/SE**, concluiu em **03 de fevereiro de 2009** o curso de **LETRAS**, outorga-lhe o presente diploma de **LICENCIADO EM PORTUGUÊS-FRANCÊS** para que possa gozar dos direitos e prerrogativas concedidos a este título pelas leis do País.

Aracaju(Se), 11 de fevereiro de 2009.

  
FRANCISCO DE ASSIS BATISTA PEREIRA  
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

  
ROSANA BATISTA PEREIRA  
REITOR

  
ROSANA BATISTA PEREIRA  
DIPLOMADO

Prof. Dr. Francisco Sandoz Rodrigues Holanda  
Prof. - Reitor da Graduação da UFS

Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho  
Reitor

CURSO DE LICENCIATURA EM  
LETRAS  
Reconhecido pelos Decretos  
n. 34.963 - D.O.U. 28/01/54 e  
n. 39.039 - D.O.U. 19/05/56.

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
Diploma registrado sob nº 00088  
Livro 045 fls. 044 em 05/03/2009  
Processo nº 01873109-24  
DIRED 05/03/2009  
Anta Mª Souza de Jesus  
Chefe de DIRED/DA  
  
Diretor do DAA/PROGRAD

## DECLARAÇÃO

Eu, Rosana Batista Pereira, portadora da CI n°. 3048155-4, CPF n°. 021.331.67579, declaro para os devidos fins que sou diplomada no Curso de Licenciatura em Português- Francês pela Universidade Federal de Sergipe, como consta no documento em anexo e, desta forma, faço a correção ortográfica de textos diversos nas línguas portuguesa e francesa.



---

Rosana Batista Pereira

Aracaju, 09 de junho de 2015